

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO

17 OUT 1055811

RECEBIDA Cópia em microfilme
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO/RJ

RICARDO V. MOURINHO ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

055811

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CIMAR - CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.

ENTRE

3º RTD-RJ-Reg. nº 1055811
Emolumentos R\$ 381,92
Distribuidor R\$ 15,49
Mutua/Acoterj R\$ 10,25
Fef/Fundpen/Funpen R\$ 117,39
Total R\$ 525,05



CIMAR - CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

FIADORES IDENTIFICADOS A SEGUIR

E

INTERVENIENTES ANUENTES IDENTIFICADOS A SEGUIR

DATADO DE
11 DE OUTUBRO DE 2012

Text: 5334926v1 10682/1

Handwritten signatures and stamps. On the right, there are two circular stamps: the top one says 'CORNELIO BREINAND JURADO' and the bottom one says 'DIRETORIA JUR. Queiroz Galva'.

17 OUT 2011 1055811

RECEBIDA Cópia em microfilme
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA
DA QUINTA 752 - 3.º AND. CENTRO/RJ
RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora:

A. CIMAR – CIMENTOS DO MARANHÃO S.A., sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Avenida dos Holandeses, nº 3, sala 112, quadra 33, Galeria Appiane, bairro Calhau, CEP 65071-380, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.129.010/0001-07, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

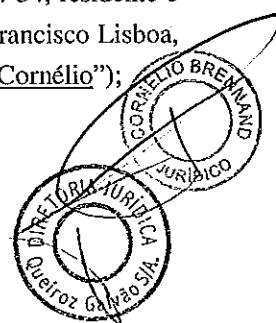
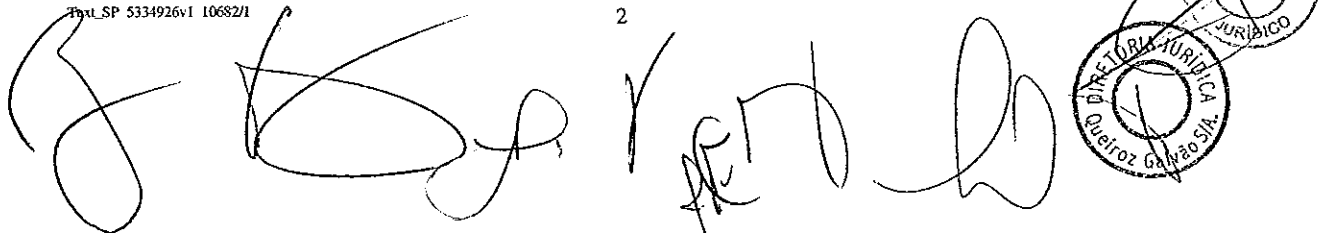
Como agente fiduciário representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), que será objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação ("Emissão" e "Oferta Restrita", respectivamente, podendo ser genericamente referidas simplesmente como "Oferta Restrita"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Lei das Sociedades por Ações" e "Instrução CVM 476", respectivamente):

B. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 04, Sala 514, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

Como fiadores,

C. QUEIROZ GALVÃO S.A., sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Santa Luzia, nº 651, 7º e 8º andares, Centro, CEP 20030-041, inscrita no CNPJ sob o nº 02.538.798/0001-55, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Fiadora Queiroz Galvão");

D. CORNÉLIO DE ALMEIDA BRENNAND, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 1.131.574 SSP/PE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 167.219.344-34, residente e domiciliado na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco e com escritório na Rua João Francisco Lisboa, nº 385, sala B-1, Várzea, CEP 50741-100, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco ("Cornélio");



E. **CARLOS EUGÊNIO DE ALMEIDA BRENNAND**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro químico, portador da cédula de identidade RG nº 1.131.569 SSP/PE, inscrito no CPF/MF 184.773.304-25, residente e domiciliado na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco e com escritório na Rua João Francisco Lisboa, nº 385, sala B-1, Várzea, CEP 50741-100, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco ("Carlos");

F. **TEREZA MARIA BRENNAND OLIVEIRA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, comunicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 1.133.229 SSP/PE, inscrita no CPF/MF 388.508.694-87, residente e domiciliada na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco e com escritório na Rua João Francisco Lisboa, nº 385, sala B-1, Várzea, CEP 50741-100, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco ("Tereza" e, em conjunto com os Srs. Cornélio e Carlos, os "Fiadores Cornélio Brennand" e os Fiadores Cornélio Brennand; em conjunto com a Fiadora Queiroz Galvão, os "Fiadores");

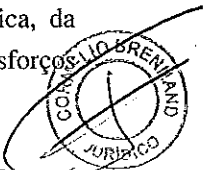
E, na qualidade de intervenientes anuentes,

G. **CLÁUDIA MOREIRA BRENNAND**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 1.265.970 SSP/PE, inscrita no CPF/MF 420.582.604-49, residente e domiciliada na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco e com escritório na Rua João Francisco Lisboa, nº 385, sala B-1, Várzea, CEP 50741-100, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco ("Cláudia");

H. **BRANCA IZABEL DE ABREU PINTO BRENNAND**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 1.804.651 SSP/PE, inscrita no CPF/MF 440.539.164-53, residente e domiciliada na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco e com escritório na Rua João Francisco Lisboa, nº 385, sala B-1, Várzea, CEP 50741-100, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco ("Branca"); e

I. **FRANCISCO AUGUSTO SAMPAIO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 952.984 SSP/PE, inscrito no CPF/MF 193.585.804-10, residente e domiciliado na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco e com escritório na Rua João Francisco Lisboa, nº 385, sala B-1, Várzea, CEP 50741-100, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco ("Francisco" e, em conjunto com as Sras. Cláudia e Branca, os "Intervenientes Anuentes").

Vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços



Restritos de Colocação, da CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.” (“Escritura de Emissão”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A Oferta Restrita e a celebração da presente Escritura de Emissão serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 09 de outubro de 2012 (“AGE”), na qual foram deliberadas (a) a aprovação da Oferta Restrita, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

2.1. A Oferta Restrita será realizada com observância dos requisitos abaixo:

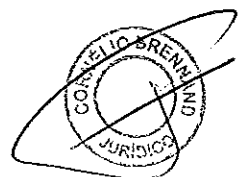
2.1.1. Arquivamento e Publicação

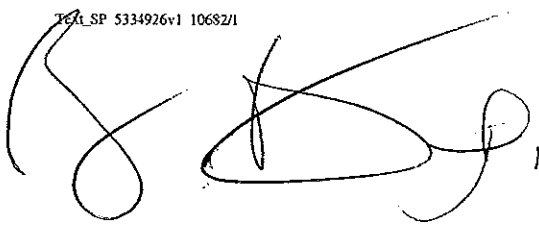

2.1.1.1. A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado do Maranhão (“JUCEMA”) e publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Maranhão, e (ii) no Jornal Pequeno, com circulação na cidade de São Luís/MA, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Inscrição e Registro da Escritura de Emissão

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCEMA, de acordo com o disposto no inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. Em virtude da garantia fidejussória de que trata a Cláusula 4.10 abaixo, a presente Escritura de Emissão será também registrada, a expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, da Cidade de Recife, Estado de Pernambuco e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo máximo de 20 (vinte) Dias Úteis (conforme termo definido na Cláusula 9.5 abaixo) contados do arquivamento desta Escritura de Emissão pela JUCEMA previsto na Cláusula 2.1.2.1 acima. A Emissora entregará 1 (uma) via registrada da presente Escritura de Emissão ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da efetiva realização de todos os referidos registros.





2.1.3. Dispensa Automática de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.3.1. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação.

2.1.3.2. Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Oferta Restrita não será registrada perante a ANBIMA.

2.1.4. Registro para Colocação Primária e Custódia Secundária

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública com esforços restritos no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.8.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

Cláusula Terceira - DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social a fabricação, a comercialização varejista e a importação de cimento, cal, produtos calcários e correlatos, bem como a mineração de insumos destinados à indústria do cimento, com o aproveitamento e a exploração de jazidas minerais, o seu beneficiamento e comercialização varejista e a importação de matérias primas minerais e correlatos destinados ao mesmo fim, podendo exportar, importar para seu próprio uso ou comercialização varejista; além da administração de bens próprios e de terceiros e participação em outras empresas, na qualidade de acionista ou quotista.

3.2. Número da Emissão


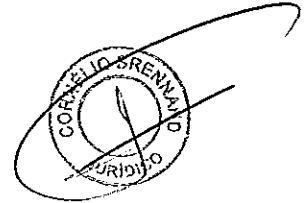
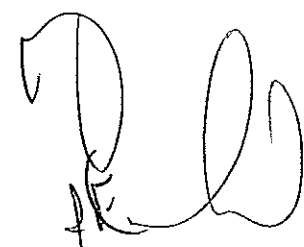
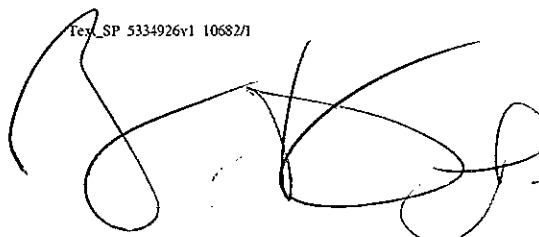
3.2.1. Para todos os fins, esta é a primeira emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

Tex_SP 5334926v1 10682/1

5



TRM

3.4. Montante Total da Emissão

3.4.1. O montante total da Emissão será de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme termo definido abaixo).

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 80 (oitenta) Debêntures.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

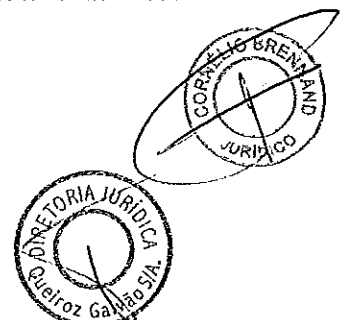
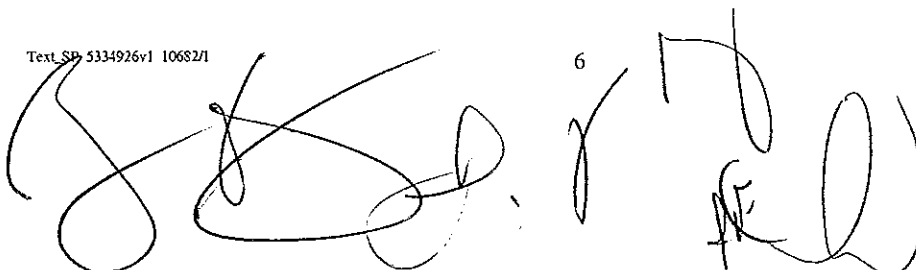
3.6.1. O banco mandatário e o agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e/ou "Agente Escriturador"). O Banco Mandatário e o Agente Escriturador poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por meio de deliberação dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas e respectivo aditamento à presente Escritura de Emissão.

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da presente Emissão serão destinados ao financiamento de parte da construção de uma fábrica de cimento (moagem) pela Emissora localizada na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, com custo total estimado de R\$87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais) ("Projeto"), observado que (a) a Emissora poderá utilizar até R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) desses recursos para realizar a recomposição de seu caixa e/ou quitação de contratos de mútuos celebrados com seus acionistas com vistas à implementação de investimentos iniciais no Projeto, e (b) os R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais) adicionais necessários para a implementação do Projeto serão obtidos por meio de investimento direto no capital social da Emissora por parte de seus acionistas.

3.8. Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1. As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do SDT, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do SND, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.



3.8.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados (conforme termo abaixo definido), nos termos dos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476.

3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do "Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da Primeira Emissão da CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A." ("Contrato de Distribuição"), tendo como público alvo Investidores Qualificados.

3.9.2. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" os referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) de referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Distribuição.

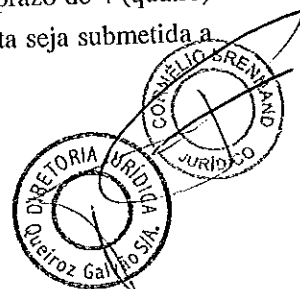
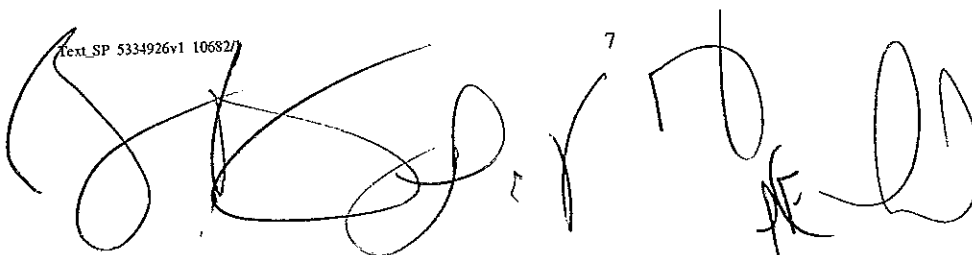
3.9.3. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. O Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.9.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

3.9.5. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

Text_SP 5334926v1 10682/

7



3.9.6. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.9.7. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até 1 (um) Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.9.8. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.9.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.9.10. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

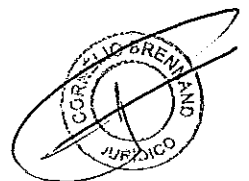
4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme termo definido abaixo) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Data de Emissão

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 29 de outubro de 2012 ("Data de Emissão").



4.1.3. Prazo e Data de Vencimento

4.1.3.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 29 de outubro de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado facultativo total previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme termo definido abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

4.1.4. Forma e Emissão de Certificados

4.1.4.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.5.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP.

4.1.6. Conversibilidade

4.1.6.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7. Espécie

4.1.7.1. As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, conforme garantia descrita na Cláusula 4.10 abaixo.

4.1.8. Participação nos Lucros

4.1.8.1. As Debêntures não farão jus à participação nos lucros da Emissora.

4.2. Subscrição e Direito de Preferência

4.2.1. As Debêntures serão subscritas a partir da data de início da distribuição até o término do prazo de colocação, em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right, there are two circular official stamps. The top stamp is from the 'CORREGEDOR GERAL DO RIO DE JANEIRO' and the bottom stamp is from the 'DIRETORIA JURÍDICA' of the 'Câmara Municipal de Rio de Janeiro', both with the name 'Queiroz Galvão S/A'.

Coordenador Líder, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição, bem como as disposições da Instrução CVM 476.

4.2.1.1. A subscrição das Debêntures deverá ser realizada pelo seu Valor Nominal Unitário e, caso esta ocorra em datas distintas, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis* desde a data da primeira subscrição ("Data da 1ª Subscrição") até a data das posteriores subscrições.

4.2.2. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.4. Atualização do Valor Nominal

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.5. Remuneração

4.5.1. Juros Remuneratórios

4.5.1.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 120,50% (cento e vinte inteiros e cinquenta centésimos por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data da 1ª Subscrição (inclusive), ou a data de pagamento imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (exclusive). Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento, em 29 de abril de 2013, e o último, na Data de Vencimento das Debêntures, ressalvadas as hipóteses de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme termo definido abaixo) ou de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme termo definido abaixo). Farão jus aos Juros Remuneratórios aqueles que forem Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VN_b \times (\text{Fator DI} - 1)$$



onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final do Período de Capitalização (conforme termo definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNb = saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data do término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na atualização do ativo, sendo "n" um número inteiro;

p = 120,50 (cento e vinte inteiros e cinquenta centésimos);

TDI_k = Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

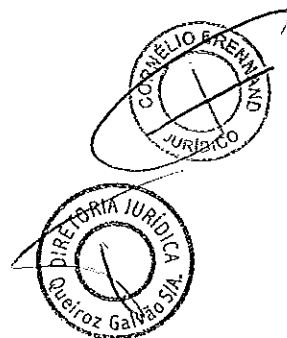
$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Observações:

Text_SP 5334926v1 10682/1

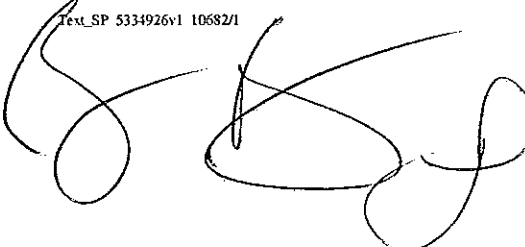
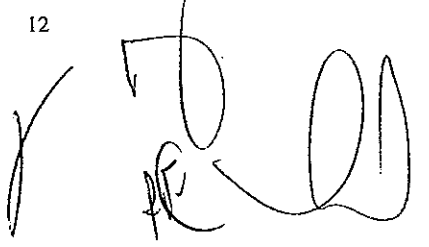
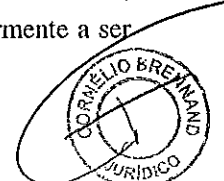



- (a) O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100}\right)$ será considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (d) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.5.1.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo, como fator de correção das Debêntures, a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.5.1.5. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas:

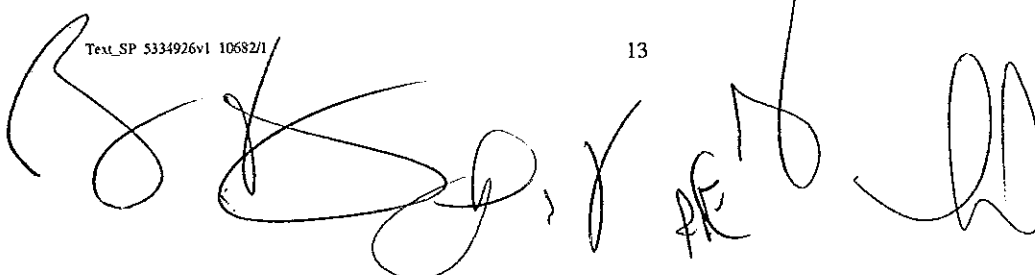
- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, sem qualquer tipo de ônus, sobretaxa pelo resgate antecipado, multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios calculado *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora deverá apresentar um cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures e o prazo de amortização previsto nesta Escritura de Emissão. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida pelos Debenturistas dentre três índices utilizados no mercado financeiro para remuneração do investimento em renda fixa, se houver, ou a exclusivo critério dos Debenturistas, caso não haja parâmetro para a nova remuneração, por deliberação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme estabelecido na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, prevalecendo a taxa que tiver o maior número de votos dos Debenturistas presentes. A taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios em vigor. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI.

4.5.2. Período de Capitalização

4.5.2.1. Define-se período de capitalização ("Período de Capitalização") como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da 1ª Subscrição (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização

TEX_SP 5334926v1 10682/1

13



ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios correspondentes ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.5.3. Ausência de Novação

4.5.3.1. Os Fiadores e os Intervenientes Anuentes desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 4.5.1.2 a 4.5.1.5 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil (conforme termo definido abaixo), mantendo-se a garantia válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. Os Fiadores e os Intervenientes Anuentes desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

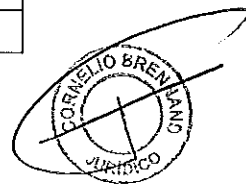
4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.7.1 O Valor Nominal Unitário de cada Debênture será amortizado em 8 (oito) parcelas semestrais iguais e consecutivas, a partir do 42º (quadragésimo segundo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, devendo o primeiro pagamento ser realizado em 29 de abril de 2016, conforme indicado na tabela abaixo:

Nº da Parcela	Data da Amortização	Taxa de Amortização
1	29/04/2016	12,5000%
2	29/10/2016	12,5000%
3	29/04/2017	12,5000%
4	29/10/2017	12,5000%
5	29/04/2018	12,5000%
6	29/10/2018	12,5000%
7	29/04/2019	12,5000%
8	29/10/2019	12,5000%



4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade ou Isenção Tributária

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND: (a) na sede da Emissora ou do Agente Escriturador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora até 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.1.2.1. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.8.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário e Agente Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário, pelo Agente Escriturador ou pela Emissora.

4.8.1.2.2. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.8.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora, o Banco Mandatário ou ao Agente Escriturador por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

4.8.2. Prorrogação dos Prazos

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

Text_SP 5334926v1 10582/1



4.8.3. Encargos Moratórios e Multa

4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios e independente dos prazos de cura mencionados na Cláusula 4.13.1, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios e Multa").

4.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios e Multa no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

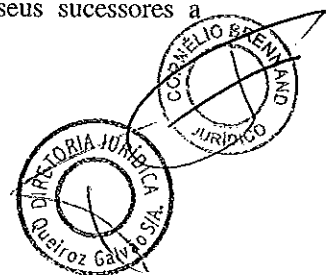
4.9. Publicidade

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Maranhão e no Jornal Pequeno, com circulação na cidade de São Luís/MA, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

4.10. Garantia Fidejussória

4.10.1. Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias, assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, as quais incluem (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura de Emissão; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas judiciais, despesas com Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Agente Escriturador e verbas indenizatórias, quando houver ("Valor Garantido"), os Fiadores prestam fiança ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, ou seus sucessores a

Text_SP 5334926v1 10682/L



qualquer título, como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis com a Emissora, na forma e proporção descritos nos subitens (a) e (b) abaixo:

- (a) a Fiadora Queiroz Galvão declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, por 50% (cinquenta por cento) do Valor Garantido, nos termos desta Escritura de Emissão e em conformidade com o artigo 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Fiança Queiroz Galvão" e "Código Civil", respectivamente); e
- (b) os Fiadores Cornélio Brennand declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora, pelos outros 50% (cinquenta por cento) do Valor Garantido não garantidos pela Fiança Queiroz Galvão, nos termos desta Escritura de Emissão e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil ("Fiança Cornélio Brennand").

4.10.1.1. Não haverá solidariedade entre a Fiadora Queiroz Galvão e os Fiadores Cornélio Brennand com relação à Fiança Queiroz Galvão e à Fiança Cornélio Brennand.

4.10.2. Para fins de esclarecimento, fica expresso que os limites de 50% (cinquenta por cento) do Valor Garantido para a Fiança Queiroz Galvão e para a Fiança Cornélio Brennand previstos nos subitens (a) e (b) da Cláusula 4.10.1 acima se aplicam individualmente, no caso a caso, às obrigações assumidas pela Emissora no âmbito desta Escritura de Emissão.



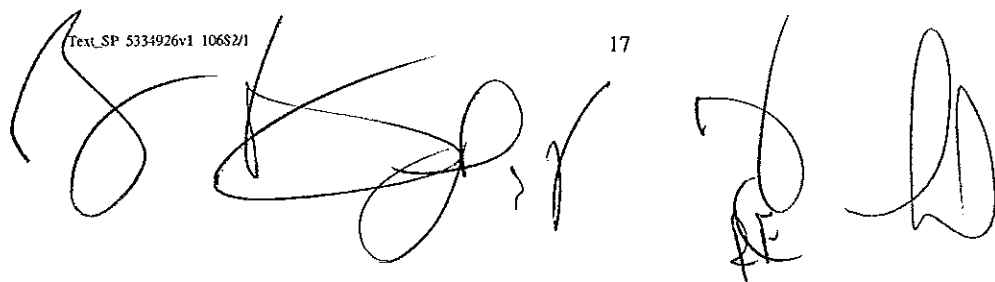
4.10.3. O Valor Garantido será pago por quaisquer dos Fiadores, observados os limites da Fiança Queiroz Galvão e da Fiança Cornélio Brennand, em até 2 (dois) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário aos Fiadores, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na Escritura de Emissão. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.10.3.1. As obrigações dos Fiadores aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-los de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

4.10.4. Os Fiadores expressamente renunciam a todo e qualquer benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827,

Text_SP 5334926v1 10682/1

17



830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), observada, contudo, a não solidariedade entre a Fiadora Queiroz Galvão e os Fiadores Cornélio Brennand prevista na Cláusula 4.10.1 acima.

4.10.5. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada por qualquer Fiador com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.10.6. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.10, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo cada Fiador obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

4.10.7. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão das Debêntures e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações principais e acessórias nos termos da presente Escritura de Emissão.

4.10.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e os Fiadores.

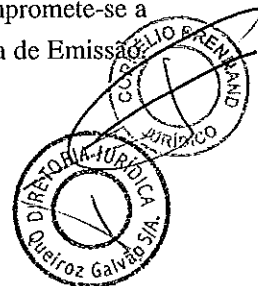
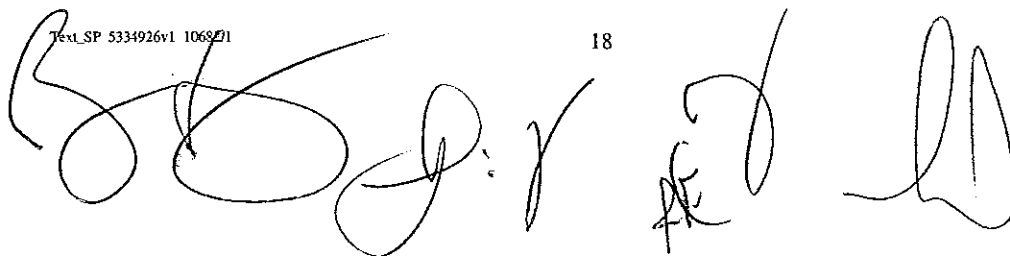
4.10.9. Em virtude da Fiança prestada pelos Fiadores, a presente Escritura de Emissão deverá ser levada a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos da Cláusula 2.1.2.2 acima.

4.10.10. Para os fins do disposto no artigo 1.647 do Código Civil, os Intervenientes Anuentes, neste ato, declaram ter lido e concordar, em sua integridade, com o disposto nesta Escritura de Emissão e com a concessão, pelos Fiadores Cornélio Brennand, da Fiança Cornélio Brennand nos termos aqui previstos.

4.10.11. Na ocorrência da deterioração das condições financeiras, interdição, insolvência, liquidação, falência ou falecimento de qualquer dos Fiadores, a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário um Fiador substituto no prazo de 30 (trinta) dias contatos da ciência de tal fato por parte da Emissora.

4.10.11.1. A substituição de qualquer dos Fiadores prevista na Cláusula 4.10.11 acima deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada nos termos do disposto na Cláusula Sétima abaixo. Aprovada a matéria em Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora compromete-se a (a) formalizar a substituição do Fiador por meio da celebração de um aditamento à Escritura de Emissão

Text_SP_5334926v1_1069271



e (b) realizar o protocolo desse documento para registro na JUCEMA em até 10 (dez) Dias Úteis contados de referida aprovação.

4.10.11.2. O aditamento à Escritura de Emissão mencionado na Cláusula 4.10.11.1 acima também deverá ser registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos previstos na Cláusula 2.1.2.2 acima, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados de seu arquivamento pela JUCEMA. A Emissora entregará 1 (uma) via registrada de referido aditamento à Escritura de Emissão ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da efetiva realização de referidos registros.

4.11. Aquisição Facultativa

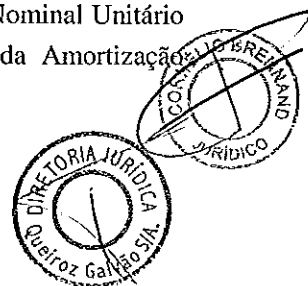
4.11.1. É facultado à Emissora, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima, adquirir Debêntures em circulação no mercado, observadas as regras expedidas pela CVM nesse sentido, bem como o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se for o caso. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 4.11.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

4.12. Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária

4.12.1. As Debêntures poderão ser amortizadas extraordinariamente ("Amortização Extraordinária"), ou ainda facultativamente resgatadas, desde que em sua totalidade ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), a critério da Emissora e a qualquer momento, mediante Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total ou de Amortização Extraordinária (conforme termo definido na Cláusula 4.12.5 abaixo).

4.12.2. O valor do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme aplicável, devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme aplicável, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, ainda não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso; (ii) dos demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme aplicável; e (iii) de prêmio incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme aplicável.

Text.SP 5334926v1 10682/1
19



Extraordinária, conforme aplicável, de acordo com a tabela abaixo (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total” e “Valor da Amortização Extraordinária”):

Período (a contar da Data de Emissão)	Prêmio (flat)
Do 1º (inclusive) ao 12º mês (inclusive)	1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento)
Do 13º (inclusive) ao 24º mês (inclusive)	1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento)
Do 25º (inclusive) ao 36º mês (inclusive)	1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento)
Do 37º (inclusive) ao 48º mês (inclusive)	0,80% (oitenta centésimos por cento)
Do 49º (inclusive) ao 60º mês (inclusive)	0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento)
Do 61º (inclusive) ao 72º mês (inclusive)	0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento)
A partir do 73º mês (inclusive)	0,20% (vinte centésimos por cento)

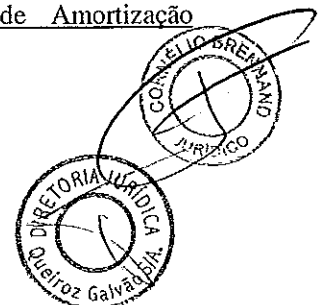
4.12.3. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com o “de acordo” do Agente Fiduciário, bem como com os documentos comprobatórios do cumprimento do disposto na Cláusula 4.12.5 abaixo, da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso.

4.12.4. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão canceladas pela Emissora.

4.12.5. O Resgate Antecipado Facultativo Total ou a Amortização Extraordinária, conforme o caso, deverá ser realizado mediante comunicação pela Emissora ao Agente Fiduciário e publicado por meio de comunicação aos Debenturistas com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência, sendo que tal notificação deverá informar (a) a data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, (b) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total ou o Valor da Amortização Extraordinária, estimado para a data do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, (c) o procedimento a ser adotado para a realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total ou de Amortização Extraordinária”).

Tex SP 5334926v1 10682/1

20

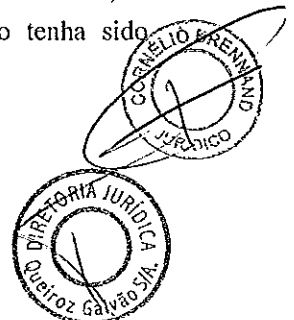


4.12.6. Fica, desde já, certo e ajustado que a Amortização Extraordinária não poderá ser superior a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em circulação; devendo, neste caso, ser realizado o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. O Agente Fiduciário, nos termos previstos na presente Cláusula 4.13.1, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se houver, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

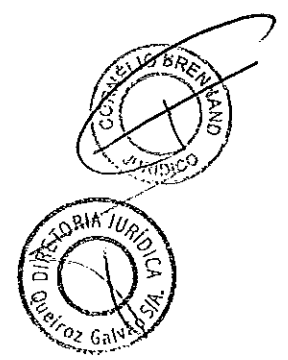
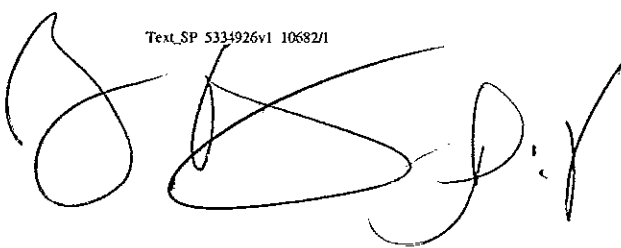
- (i) não pagamento, em até 1 (um) Dia Útil das respectivas datas de vencimento, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial;
- (ii) (a) ocorrência de legítimo protesto de títulos, contra a Emissora, suas controladas, subsidiárias e/ou os Fiadores, ou (b) caso a Emissora, suas controladas, subsidiárias e/ou os Fiadores seja(m) negativada(s) em qualquer cadastro dos órgãos de proteção ao crédito, como SERASA e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo (CCF) ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil, em quaisquer desses casos em valor individual, igual ou superior, a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) ou em valor agregado, igual ou superior, a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, salvo se no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da ciência da respectiva ocorrência (X) este seja cancelado ou susgado; (Y) sejam prestadas garantias suficientes para cobrir o débito em juízo, ou (Z) seja de outra forma comprovado pela Emissora que este foi efetuado por erro ou má-fé. Os valores mencionados acima deverão ser atualizados com base no Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M ("IGP-M") a partir da Data de Emissão;
- (iii) pedido de falência, pedido de autofalência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou de suas controladas, controladoras, e/ou subsidiárias, se aplicável, não elidido, contestado, suspenso e/ou cujo pagamento não tenha sido comprovado pela Emissora no prazo legal;



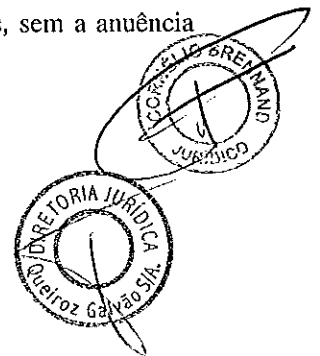
- (iv) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente da Oferta Restrita, não sanado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da notificação do Agente Fiduciário à Emissora sobre o referido descumprimento ou no prazo então estabelecido, para sanar o inadimplemento, conforme aplicável;
- (v) ocorrência de cisão, fusão, alienação, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou suas controladas, controladoras, e/ou subsidiárias, se aplicável, bem como da Fiadora Queiroz Galvão, que implique, direta ou indiretamente, na alteração, mudança ou transferência do atual controle acionário e/ou societário da Emissora e/ou de suas controladas, controladoras, e/ou subsidiárias, se aplicável, bem como da Fiadora Queiroz Galvão, exceto (a) se ocorrer entre sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos; ou (b) se previamente autorizado por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Sétima abaixo;
- (vi) inadimplemento, não sanado nos respectivos prazos de cura ou, quando este não for previsto, em até 05 (cinco) dias úteis da data do inadimplemento, de quaisquer operações financeiras (empréstimos locais ou internacionais, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratadas pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por suas controladas, controladoras e/ou subsidiárias, conforme aplicável, no mercado local ou internacional, em valor individual, igual ou superior, a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) ou em valor agregado, igual ou superior, a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais);
- (vii) declaração de vencimento antecipado de quaisquer operações financeiras (empréstimos locais ou internacionais, instrumentos derivativos e outras operações similares) ou de mercado de capitais contratadas pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por suas controladas, controladoras e/ou subsidiárias, conforme aplicável, no mercado local ou internacional, em valor individual, igual ou superior, a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) ou em valor agregado, igual ou superior, a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais);
- (viii) se a Fiança prevista nesta Escritura de Emissão: (a) for objeto de questionamento, pela Emissora, pelos Fiadores ou por qualquer terceiros, sendo que, quando se tratar de questionamento por terceiro, dependerá de decisão judicial, ainda que provisória, favorável ao questionamento; (b) não for devidamente constituída e formalizada; (c) for anulada, nula, ou invalidada sob qualquer forma; ou (d) de qualquer forma, deixar de existir, exceto se (X) qualquer desses eventos decorrer da deterioração das condições financeiras, interdição, insolvência ou falecimento de qualquer dos Fiadores, casos em

que o disposto na Cláusula 4.10.11 será aplicável, ou (Y) (i), dentro de 10 (dez) Dias Úteis contatos da ocorrência do fato, a Emissora submeta à aprovação da Assembleia Geral de Debenturistas uma garantia substituta, (ii) referida garantia substituta seja aprovada pelos Debenturistas, e (iii) referida garantia substituta seja validamente constituída e formalizada (inclusive com registros nos cartórios pertinentes) no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados a deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas que a aprovou;

- (ix) ocorrência de qualquer evento que, após manifestação expressa da Emissora realizada no prazo de até 5(cinco) Dias Úteis contados da data de ocorrência do evento, tenha, com relação à Emissora (a) qualquer efeito adverso relevante nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; e/ou (b) qualquer evento ou condição que, após decurso do prazo ou envio de notificação, ou ambos, possa resultar em um Evento de Inadimplemento ("Efeito Adverso Relevante");
- (x) caso as declarações feitas pela Emissora e/ou pelos Fiadores, nos documentos que instruem a Emissão, de qualquer forma, no curso das análises que instruíram a decisão de investimento, sejam falsas ou enganosas, ou ainda, sejam incorretas ou inconsistentes ou incompletas;
- (xi) aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão;
- (xii) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças judiciais, sentenças arbitrais definitivas ou emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos contra a Emissora e/ou os Fiadores que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento pela Emissora e/ou pelos Fiadores em valor individual, igual ou superior, a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) ou em valor agregado, igual ou superior, a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se essa obrigação (a) for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) sentença(s) ou no(s) laudo(s) arbitral(is), ou (b) for garantida por ativos suficientes da Emissora e/ou dos Fiadores, seguro garantia ou carta de fiança de bancos de primeira linha, em escala local, com classificação de *rating* igual ou superior a AAA, no âmbito da execução, desde que, em qualquer dos casos deste subitem (b), seja aceita pelo juízo competente. Os valores mencionados acima deverão ser atualizados com base no IGP-M a partir da Data de Emissão;



- (xiii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão ("Extinções") das autorizações, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades da Emissora, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando a licenças ambientais ("Licenças"), salvo as Licenças as quais a Emissora esteja discutindo de boa fé suas Extinções, discussão esta limitada à segunda instância judicial;
- (xiv) pagamentos aos acionistas/sócios da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto em lei;
- (xv) (a) redução de capital social da Emissora em desconformidade ao artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, ou (b) alteração de estatuto social da Emissora que implique expressamente na concessão de direito de retirada aos acionistas, ou (c) alteração do objeto social da Emissora que acarrete mudança nas suas principais atividades atuais ou que venha a agregar novos negócios que tenham prevalência ou que possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- (xvi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xvii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem prévia autorização dos Debenturistas;
- (xviii) na hipótese de quaisquer dos documentos referentes à Oferta Restrita tornarem-se comprovadamente inexequíveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável, e tal evento não seja sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento do referido evento;
- (xix) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos ou receitas (incluindo, sem limitação, alienações fiduciárias de ativos, tais como de recebíveis e contas bancárias) e/ou ações de emissão da Emissora que afetem significativamente a capacidade financeira da Emissora, com exceção daqueles já existentes na presente data;
- (xx) alienação ou cessão de ativos da Emissora em montante superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, sem a anuência dos debenturistas;



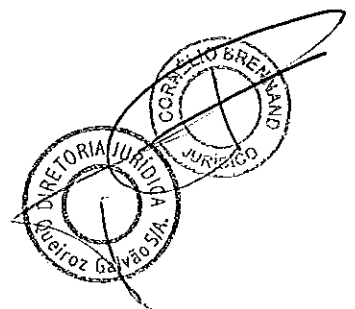
- (xxi) em caso de prestação de garantias fidejussórias ou de garantias reais, por parte da Emissora, que afetem significativamente sua capacidade financeira, exceto aquelas (a) já existentes na presente data, (b) pactuadas no âmbito da Oferta Restrita; ou
- (xxii) ocorrência de qualquer evento que substancial e/ou adversamente afete a capacidade da Emissora de cumprir qualquer das obrigações assumidas em relação às Debêntures, incluindo, mas não se limitando, as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão.

4.13.1.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (i); (iii); (v); (vii); (viii); (xi); (xii); (xiv); (xv); (xvi); (xvii); (xviii); (xix); (xx); ou (xxi) acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir da Emissora e dos Fiadores os pagamentos que forem devidos.

4.13.1.3. Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 4.13.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, assim que ciente, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão. Na Assembleia Geral de Debenturistas instalada em primeira convocação, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Não havendo aprovação quanto a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures. No caso de Assembleia Geral de Debenturistas instalada em segunda convocação, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures por deliberação da maioria dos presentes. Sem prejuízo do aqui disposto, Assembleia Geral de Debenturistas prevista nesta Cláusula 4.13.1.3 também poderá ser convocada nos termos da Cláusula 7.2 abaixo.

4.13.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta com aviso de recebimento à Emissora e aos Fiadores, com cópia para o Banco Mandatário e Agente Escriturador, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

4.13.3. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência do pagamento referido na Cláusula 4.13.2 acima.



4.13.4. Caso a Emissora não proceda ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, na forma estipulada na Cláusula 4.13.2 acima, serão também acrescidos ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures os Encargos Moratórios e Multa, incidentes desde a data da impontualidade no pagamento das obrigações pecuniárias da Emissora, ou da declaração do vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.8.3 acima.

Cláusula Quinta - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, bem como nesta Escritura de Emissão, a Emissora e os Fiadores, de forma solidária, adicionalmente, obrigam-se a:

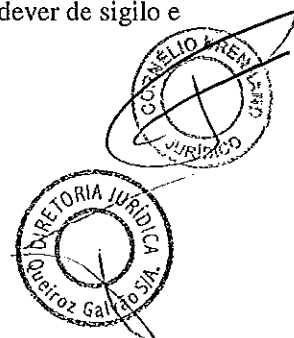
- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro (i) cópia das demonstrações financeiras da Emissora completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (ii) declaração do representante legal da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão;
 - (b) anualmente, até 30 de abril, (i) cópia das demonstrações financeiras completas da Fiadora Queiroz Galvão relativas ao exercício social imediatamente anterior, acompanhadas de seus respectivos pareceres dos auditores independentes, e (ii) documentos referentes aos Fiadores Cornélio Brennand que comprovem que, no exercício social imediatamente anterior, (1) a soma total do patrimônio, bens e direitos da Fiadora Queiroz Galvão, individualmente considerada, compreende montante igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do Valor Garantido e (2) a soma total do patrimônio, bens e direitos dos Fiadores Cornélio Brennand, em conjunto, compreende montante igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do Valor Garantido;
 - (c) notificação da convocação, se houver, de qualquer assembleia geral de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar e cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, dentro de 7 (sete) Dias Úteis após sua realização;

Text_SP 5334926v1 10682/1

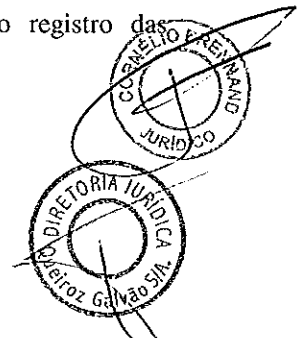
26

The bottom of the page features several handwritten signatures in black ink. To the right, there are two circular official stamps. The top stamp is for 'CORNÉLIO BRENNAND JURÍDICO' and the bottom stamp is for 'DIRETORIA JURÍDICA Queiroz Galvão S/A'. The page number '26' is printed in the center.

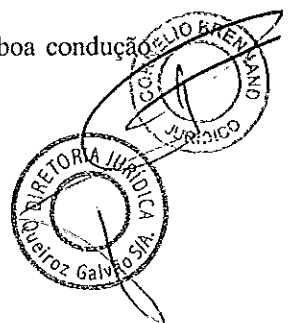
- (d) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 4.13.1 acima em até 3 (três) Dias Úteis após a sua ocorrência; e
 - (e) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, possam influir de modo ponderável o interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou deversem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
 - (iii) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício da Emissora e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício à auditoria, por auditor registrado na CVM e encaminhar tais informações ao Agente Fiduciário na data da respectiva publicação;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social, enviando-as, imediatamente, ao Agente Fiduciário;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;



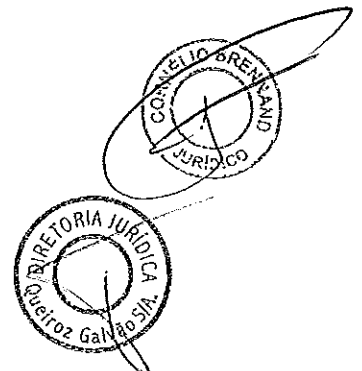
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) os documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente às demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Oferta Restrita, nos termos da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xi) manter seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;



- (xiii) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da Oferta Restrita e da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Oferta Restrita, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Agente Escriturador;
- (xiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Oferta Restrita e que sejam de responsabilidade legal da Emissora;
- (xv) não efetuar pagamento de dividendos ou de juros sobre capital próprio caso esteja em mora com relação às Debêntures, exceto pelo mínimo legal exigido na Lei das Sociedades por Ações;
- (xvi) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, comprometendo-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora tornem-se imprecisas, inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas;
- (xvii) contratar, às suas expensas, sempre que necessário, escritório de advocacia de renomada reputação a fim de assessorar a Emissora e o Agente Fiduciário na constituição da Fiança mencionada nesta Escritura de Emissão, bem como na substituição desta, sempre que novas garantias tiverem de ser constituídas e/ou substituídas, conforme o caso;
- (xviii) manter contratados, durante toda a vigência das Debêntures, Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Agente Escriturador e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND), mantendo as Debêntures registradas, durante toda a sua vigência, no SND;
- (xix) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e previamente aprovadas, sempre que possível, pela Emissora, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xx) manter sempre vigentes as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;



- (xxi) enviar o organograma societário, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e informações sobre o bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (xxii) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer fato relevante que seja do seu conhecimento e que possa vir a afetar o desempenho financeiro ou operacional da Emissora;
- (xxiii) não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;
- (xxiv) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua capacidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxv) fazer com que os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Restrita sejam utilizados exclusivamente de acordo com o disposto na Cláusula 3.7;
- (xxvi) manter, ou fazer com que sejam mantidas, válidas e regulares as licenças, ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referirem a licenças ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em efeito adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;
- (xxvii) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (i) para a validade ou exequibilidade das Debêntures; e (ii) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;



- (xxviii) arquivar a ata da AGE na JUCEMA e publicá-las no (a) Diário Oficial do Estado do Maranhão e (b) Jornal Pequeno, com circulação na cidade de São Luís/MA, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxix) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitados;
- (xxx) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- (xxxi) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita ("Comunicação de Encerramento"), salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400; e
- (xxxii) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (i) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação.

5.2. Os Fiadores obrigam-se a fornecer ao Agente Fiduciário as seguintes informações:

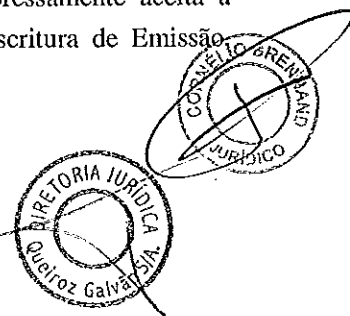
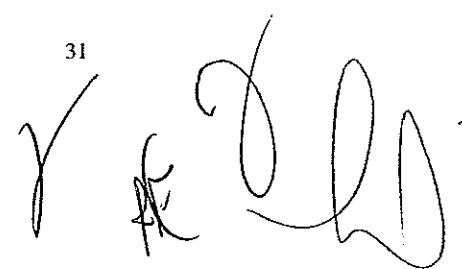
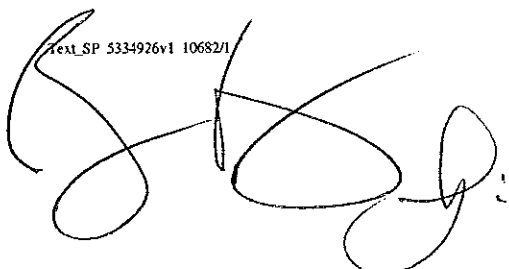
- (i) informações sobre quaisquer descumprimentos de quaisquer dos Fiadores, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento; e
- (ii) quaisquer informações que o Agente Fiduciário solicitar, necessárias ao cumprimento, por parte de cada Fiador, das suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário.

Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, como agente fiduciário da Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

Text_SP 5334926v1 10682/1

31



6.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM 28 e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) aceitar a obrigação de acompanhar a ciência da ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula 4.13 desta Escritura de Emissão;
- (ix) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (xi) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (xii) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data



de Emissão; e

- (xiii) verificará, na forma prevista no inciso IX do Art. 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição das garantias descritas na Cláusula 4.10, bem como sua suficiência e exequibilidade.

6.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

6.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

6.3.1. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

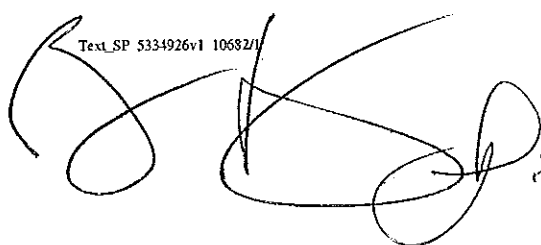
6.3.2. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

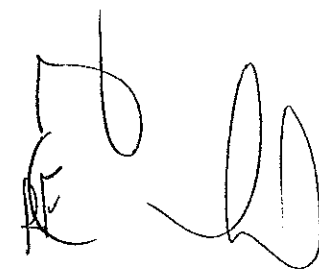
6.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

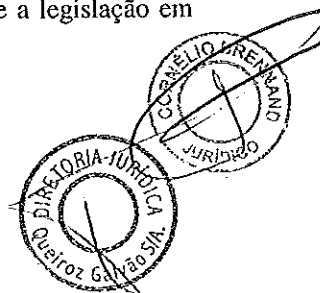
6.3.4. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

6.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, o qual que deverá ser averbado na JUCEMA e nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos.

6.3.6. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura de Emissão devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor.


Text SP 5334926v1 10682/1

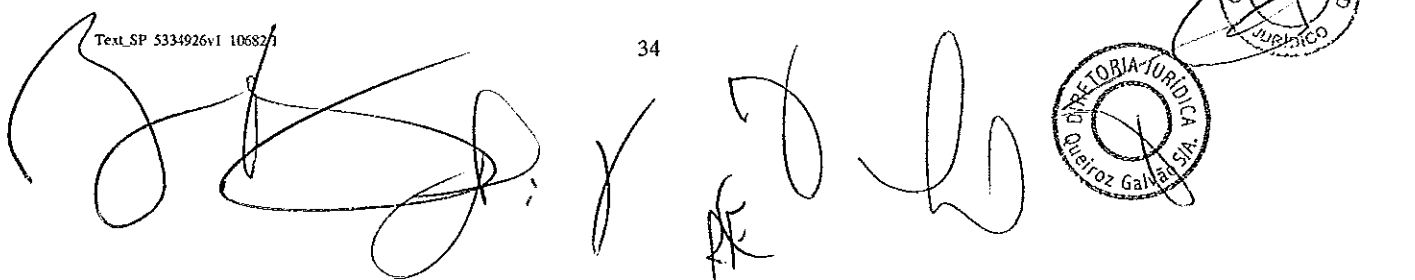




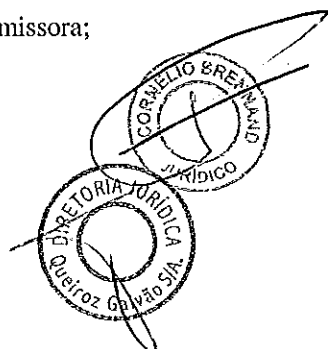
6.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

6.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

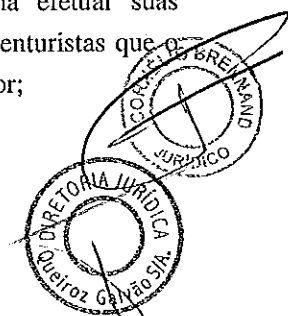
- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, baseado unicamente nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição da Fiança, bem como do valor dessa garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;



- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 desta Escritura de Emissão, a expensas da Emissora;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, se aplicável, e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;



- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e demais documentos da Oferta Restrita;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Fiança, prestada nos termos das Cláusulas 4.10 acima;
 - (k) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
 - (l) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder;
- (xv) publicar, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, a expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;



- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Agente Escriturador, ao Agente Fiduciário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza o Banco Mandatário, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas, nos termos e nos limites previstos nesta Escritura de Emissão;
- (xvii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, na forma desta Escritura de Emissão, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xx) calcular diariamente o Valor Nominal Unitário das Debêntures, em conjunto com a Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site www.pentagonotrustee.com.br; e
- (xxi) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

6.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros

Text_SP 5334926v1 106821

37



Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;

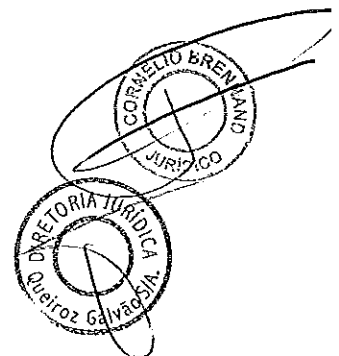
- (ii) executar a Fiança, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, da Emissora;
- (iv) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora.

6.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 6.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 6.5 (v) acima.

6.7. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes.

6.7.1. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL-Fonte (Contribuição Social sobre Lucro Líquido, que deva ser retida na fonte); e (v) de quaisquer outros impostos que venham a incidir diretamente sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes correspondentes ao pagamento.

6.7.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 6.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela de que trata a Cláusula 6.7 acima, até as despesas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.



6.7.3. A remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando, em nome dos Debenturistas, na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

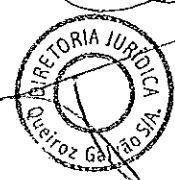
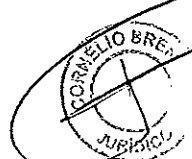
6.7.4. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas razoavelmente incorridas pelo Agente Fiduciário no estrito exercício da função de Agente Fiduciário, conforme sejam comprovadamente necessárias para o exercício de referida função, tais como, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadias, despesas com *conference call* e contatos telefônicas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização, entre outras.

6.7.5. Em caso de mora no pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos (a) a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, o qual será atualizado pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.7.6. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), desde que notificado expressamente pela Emissora, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora. Em caso de mora na devolução, a parcela da remuneração em atraso ficará sujeita a (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sendo que a contagem de mora ocorrerá a partir da notificação da Emissora ao Agente Fiduciário nesse sentido.

6.7.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), desde que notificado expressamente pela Emissora, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição. Em caso de mora na devolução, a parcela da remuneração em atraso ficará sujeita a (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sendo que a contagem de mora ocorrerá a partir da notificação da Emissora ao Agente Fiduciário nesse sentido.

6.7.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário comprometem-se a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.



6.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

6.8.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 6.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

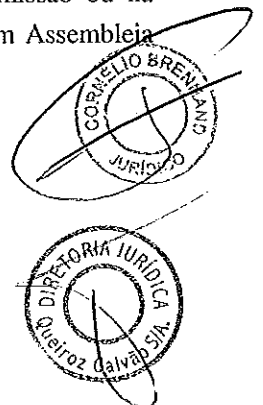
6.8.2. Tais despesas a serem adiantadas ou reembolsadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

6.8.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

6.8.4. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 20 (vinte) Dias Úteis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.8.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

6.8.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou na Fiança, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.



6.8.7. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

6.8.8. Na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia Brasileira de Vidros Planos - CBVP ("CBVP"), com vencimento em 10 de agosto de 2013, em que foram emitidas 400 (quatrocentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. As debêntures da CBVP são garantidas por garantia fidejussória de Cornélio de Almeida Brennand, Carlos Eugênio de Almeida Brennand e Tereza Maria Brennand Oliveira, conforme previsão na escritura de emissão; (ii) 1ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("SAAB"), com vencimento em 10 de maio de 2017, em que foram emitidas 60 (sessenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da SAAB não possuíam garantias; e (iii) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("QGDI"), com vencimento em 5 de julho de 2017, em que foram emitidas 170 (cento e setenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais). Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. As debêntures da QGDI são garantidas por garantia fidejussória da Queiroz Galvão S.A., conforme previsão na escritura de emissão.

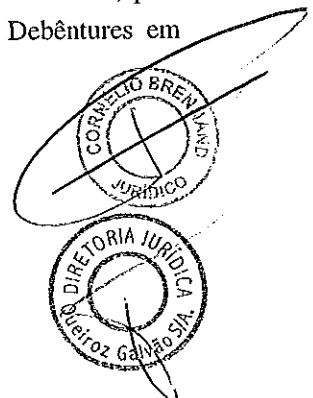
Cláusula Sétima - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

7.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

Text_SP 5334926v1 10682/1

41



7.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.9.1 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*. Independentemente de quaisquer formalidades relacionadas à convocação e instalação de Assembleias Gerais de Debenturistas, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas.

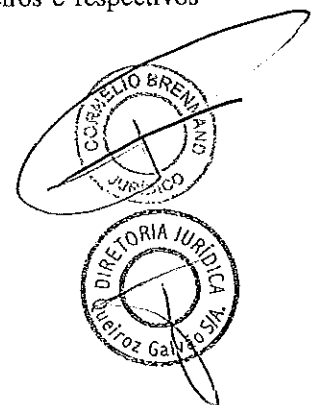
7.5. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 7.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.5.1. Não se aplica o *quorum* a que se refere à Cláusula 7.5 acima:

- (i) aos casos em que haja *quorum* expressamente previsto em outras cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (ii) às alterações (a) de *quorum* previsto nesta Escritura de Emissão e das regras aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas; (b) dos Juros Remuneratórios; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) de qualquer Evento de Inadimplemento, e (h) das condições da garantia prevista na Cláusula 4.10, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6. Para os fins de cálculo do *quorum* de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

Text_SP_5334926v1-10682/1



7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, incluindo, mas sem qualquer limitação, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 4.13.1.3.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar as informações que lhe forem solicitadas.

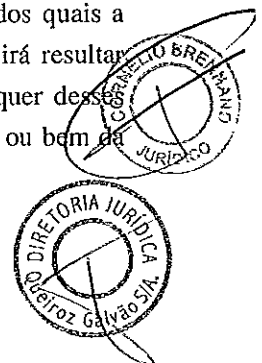
7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.10. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

Cláusula Oitava - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA, DOS FIADORES E DOS INTERVENIENTES ANUENTES

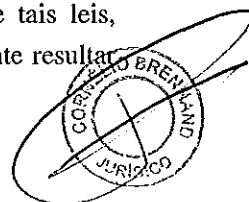
8.1. Sem prejuízo das demais declarações contidas nesta Escritura de Emissão, a Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- (v) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, sua celebração e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, incluindo índices financeiros, conforme aplicável, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da

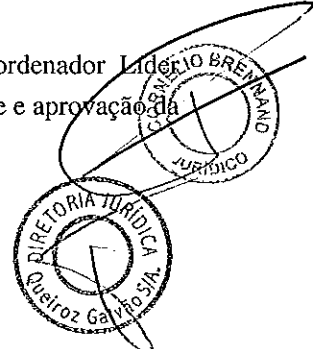


Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data ou decorrentes da celebração desta Escritura de Emissão e da colocação das Debêntures; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (a) a inscrição desta Escritura de Emissão e da ata da AGE na JUCEMA, (b) o registro desta Escritura de Emissão nos Cartórios de Títulos e Documentos competentes, e (c) o registro das Debêntures na CETIP;
- (vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, nesta data, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (ix) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão;
- (x) tem, ou está em regular processo de obtenção de, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto quando a falta de autorização ou licença não acarretar um Efeito Adverso Relevante;
- (xi) está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que (a), de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, ou (b) na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;



- (xii) mantém todos seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xiii) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xiv) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções previstas nesta Escritura de Emissão;
- (xv) declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (a) cujo não pagamento não poderia acarretar um Efeito Adverso Relevante ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Emissora, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xvi) cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (xvii) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra si, que poderiam, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Adverso Relevante;
- (xviii) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (a) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (b) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;
- (xix) não omitiu do Coordenador Líder nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Efeito Adverso Relevante;
- (xx) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas ao Coordenador Líder anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da



emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;

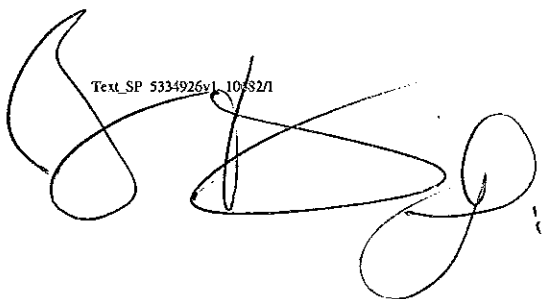
(xxi) seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição; e

(xxii) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados e não pagos.

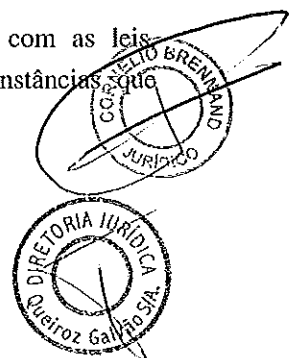
8.2. Os Fiadores declaram e garantem que:

- (i) a Fiadora Queiroz Galvão é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) são legalmente capazes para celebrar esta Escritura de Emissão e estão devidamente autorizados a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;
- (iii) a Fiança ora prestada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante de cada Fiador, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e a prestação da Fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual cada Fiador seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem de cada Fiador, ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) suas propriedades estão de acordo, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor; não há quaisquer circunstâncias que

Text_SP 5334926v1_10/8/21

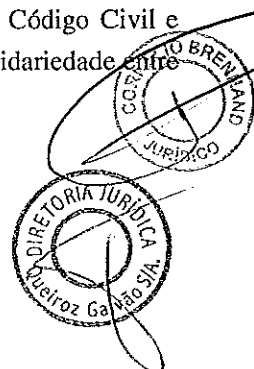


46



possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra si, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa razoavelmente ter um Efeito Adverso Relevante;

- (vi) cada um dos Fiadores declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (i) cujo não pagamento não poderia acarretar um Efeito Adverso Relevante ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais os Fiadores;
- (vii) cada um dos Fiadores cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o descumprimento dessas leis e regulamentos não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (viii) cada um dos Fiadores cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, (a) exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé, ou (b) exceto na medida em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (ix) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra cada uma dos Fiadores, que poderiam, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Adverso Relevante;
- (x) os bens dos Fiadores não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição;
- (xi) nos termos da Cláusula 4.10.4 acima, renunciaram a todo e qualquer benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 Código de Processo Civil, observada, contudo, a não solidariedade entre



a Fiadora Queiroz Galvão e os Fiadores Cornélio Brennand prevista na Cláusula 4.10.1 acima.

8.3. Os Intervenientes Anuentes declaram e garantem que:

- (i) são legalmente capazes para celebrar esta Escritura de Emissão e estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto; e
- (ii) a celebração desta Escritura de Emissão e a prestação da Fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual cada Interveniente Anuente seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem de cada Interveniente Anuente, ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

8.4. A Emissora, os Fiadores e/ou Intervenientes anuentes obrigam-se a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações ora prestadas tornem-se inverídicas ou incorretas.

Cláusula Nona - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

CIMAR – Cimentos do Maranhão S.A.

At. Sr. Adilvo Souza

Rua Padre Carapuceiro, nº 858, salas 901 e 902, Centro Empresarial Cícero Dias

Recife - Pernambuco

51020-280

Tel: (81) 3126-9500

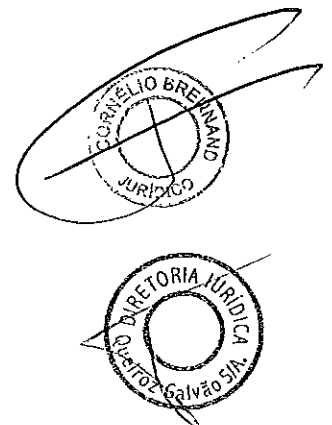
Fax: (81) 3126-9500

E-mail: adilvo.souza@cimar.ind.br

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

Tel SP 5334926v1 10682/L

48



Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (*Backoffice* Financeiro) / Srtª. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

22640-102,

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br/ juridico@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para os Fiadores:

Queiroz Galvão S.A.

At.: Amilcar Bastos Falcão

Rua Santa Luzia, 651 – 7º e 8º andares

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

20030-041

Tel: (21) 2131-7235

Fax: (21) 2212-8910

E-mail: amilcarfalcão@queirozgalvao.com

Cornélio de Almeida Brennand

Engenho São João s/nº, Várzea

Recife - Pernambuco

50741-520

Tel: (81) 3272-4433

Fax: (81) 3271-1004

E-mail: cornelio.brennand@gcb.com.br

C/C:

Lúcio Costa Filho

Engenho São João s/nº, Várzea

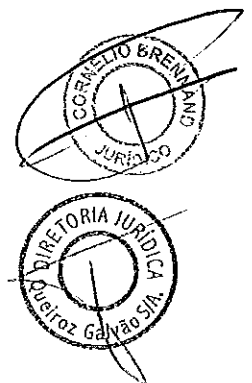
Recife – Pernambuco

50741-520

Tel: (81) 3272-4474

Fax: (81) 3453-1590

E-mail: lucio.costa@gcb.com.br



Carlos Eugênio de Almeida Brennand

Engenho São João s/nº, Várzea

Recife - Pernambuco

50741-520

Tel: (81) 3272-4433

Fax: (81) 3271-1004

E-mail: carlos.brennand@gcb.com.br

C/C:

Lúcio Costa Filho

Engenho São João s/nº, Várzea

Recife - Pernambuco

50741-520

Tel: (81) 3272-4474

Fax: (81) 3453-1590

E-mail: lucio.costa@gcb.com.br

Tereza Maria Brennand Oliveira

Engenho São João s/nº, Várzea

Recife - Pernambuco

50741-520

Tel: (81) 3272-4468

Fax: (81) 3271-1004

E-mail: tereza.brennand@gcb.com.br

C/C:

Lúcio Costa Filho

Engenho São João s/nº, Várzea

Recife - Pernambuco - 50741-520

Tel: (81) 3272-4474

Fax: (81) 3453-1590

E-mail: lucio.costa@gcb.com.br

(iv) Para os Intervenientes Anuentes:

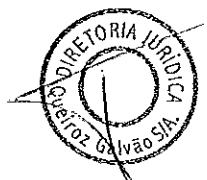
Cláudia Moreira Brennand

Engenho São João s/nº, Várzea

Recife - Pernambuco

Text_SP 5334926v1 10682/1

50



50741-520

Tel: (81) 3272-4433

Fax: (81) 3271-1004

E-mail: cornelio.brennand@gcb.com.br

C/C:

Lúcio Costa Filho

Engenho São João s/nº, Várzea

Recife - Pernambuco

50741-520

Tel: (81) 3272-4474

Fax: (81) 3453-1590

E-mail: lucio.costa@gcb.com.br

Branca Izabel de Abreu Pinto Brennand

Engenho São João s/nº, Várzea

Recife - Pernambuco

50741-520

Tel: (81) 3272-4433

Fax: (81) 3271-1004

E-mail: carlos.brennand@gcb.com.br

C/C:

Lúcio Costa Filho

Engenho São João s/nº, Várzea

Recife - Pernambuco

50741-520

Tel: (81) 3272-4474

Fax: (81) 3453-1590

E-mail: lucio.costa@gcb.com.br

Francisco Augusto Sampaio de Oliveira

Engenho São João s/nº, Várzea

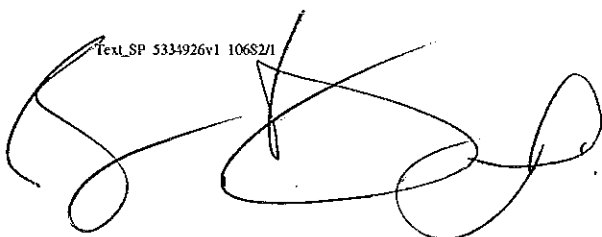
Recife - Pernambuco

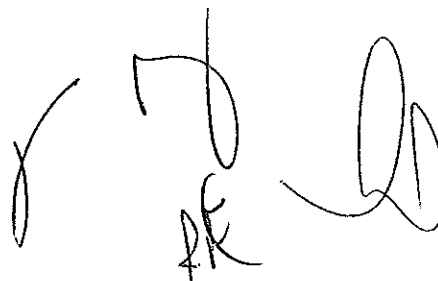
50741-520

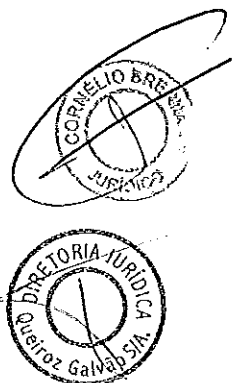
Tel: (81) 3272-4468

Fax: (81) 3271-1004

E-mail: tereza.brennand@gcb.com.br

Text_SP 5334926v1 10682/1






C/C:

Lúcio Costa Filho

Engenho São João s/nº, Várzea

Recife - Pernambuco

50741-520

Tel: (81) 3272-4474

Fax: (81) 3453-1590

E-mail: lucio.costa@gcb.com.br

- (v) Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

Banco Bradesco S.A.

Att.: João Batista de Souza / Fabio da Cruz Tomo

Cidade de Deus, s/no, Prédio Amarelo, 2º. Andar

Osasco - São Paulo

Telefone: (11) 3684-7911 / 3684-2852

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.custodiara@bradesco.com.br / 4010.jbsouza@bradesco.com.br /
4010.tomo@bradesco.com.br

- (vi) Para a CETIP:

CETIP S.A. - Mercados Organizados

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar, CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar, CEP 01452-000 - São Paulo, SP

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

At.: Gerência de Valores Mobiliários

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

- 9.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

Text SP 5334926v1 1068271

52



9.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais partes.

9.5. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura de Emissão, entende-se por "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que "Dia Útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

9.6. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

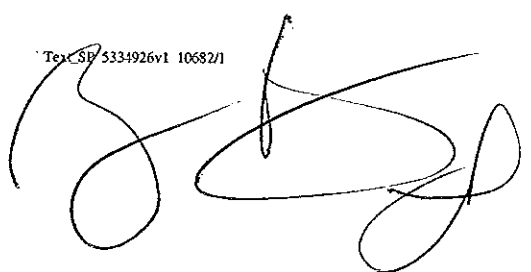
9.7. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

9.8. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

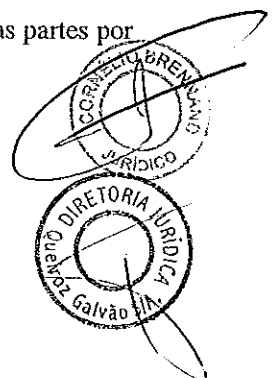
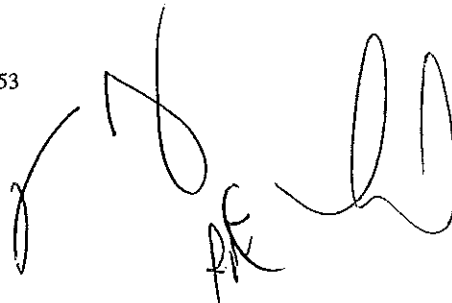
9.9. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

9.10. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

Text ID: 5334926v1 10682/1



53



9.11. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, bem como de eventuais seus aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

9.12. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.13. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

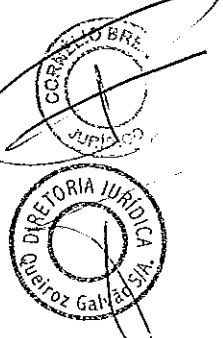
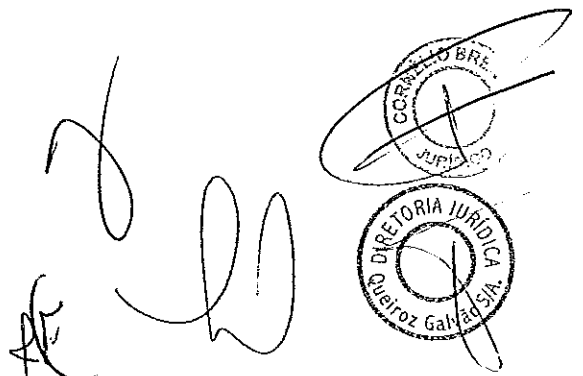
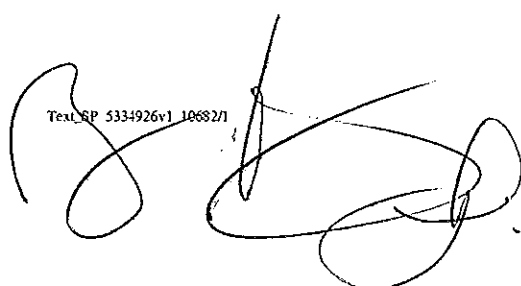
9.14. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Oferta Restrita que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não decorra da legislação aplicável.

9.15. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos aqui estabelecidos serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

Cláusula Décima - FORO

10.1. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

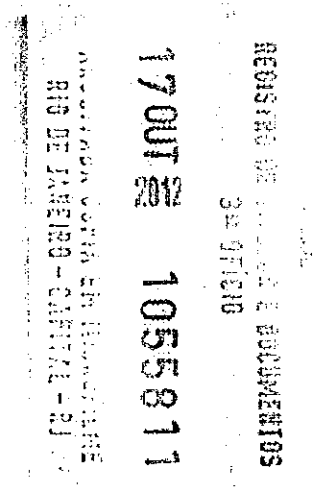
Textu_SP_5334926v1_10682/1



E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 8 (oito) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

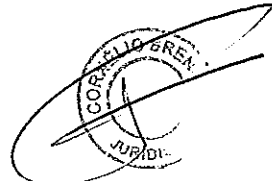

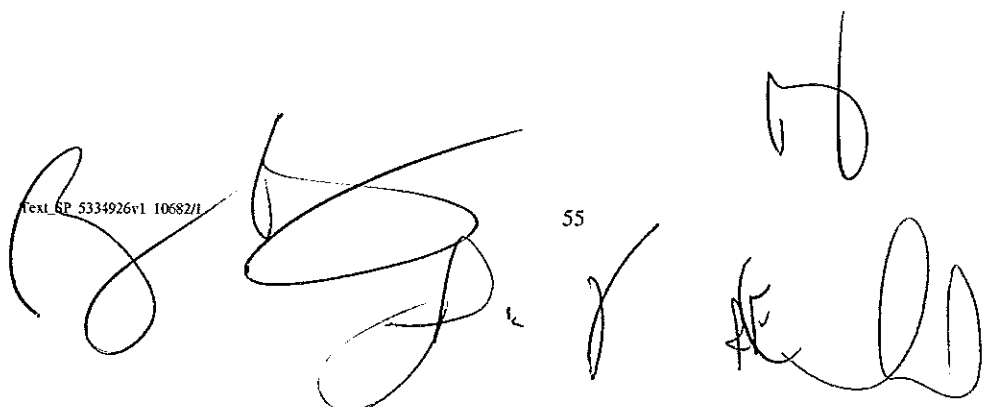
São Paulo, 11 de outubro de 2012.

[remanescente intencionalmente deixado em branco]



Text: SP_5334926v1_10682/1

55

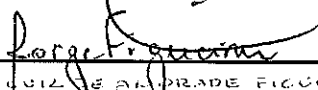


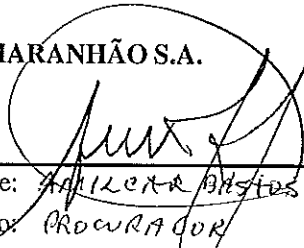
17 OUT 1981 1055811

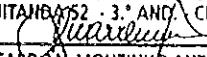
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

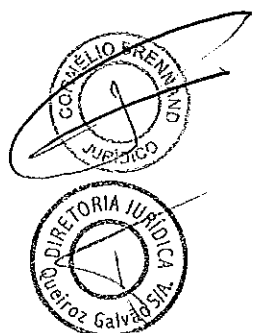
[Página 1/7 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.]

CIMAR - CIMENTOS DO MARANHÃO S.A.


Nome: JORGE LUIZ DE ALMEIDA FIGUEIRAS
Cargo: DIRETOR COMERCIAL


Nome: AMÍLCAR BASTOS FALCAO
Cargo: PROCURADOR

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO/RJ

RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

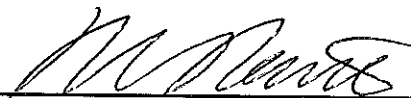


17 OUT 1982 1055811

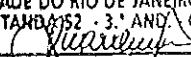
RECEBIDA Cópia em 10/10/82
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

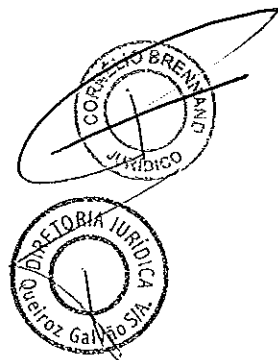
[Página 2/7 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.]

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Thales Tarré
Procurador

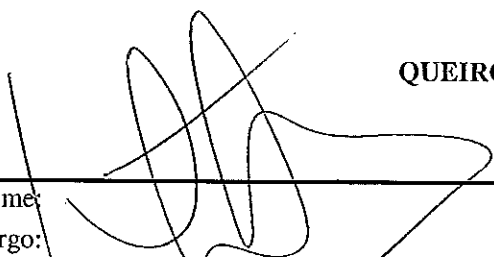
3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA
DA QUITANDA 152 - 3.º AND. CENTRO/RJ

RICARDO A. MOUZINHO ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO



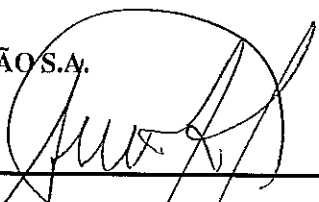
17 OUT 1952 1055811

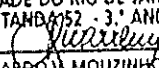
ARRECATADA COPIA EM TITULO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

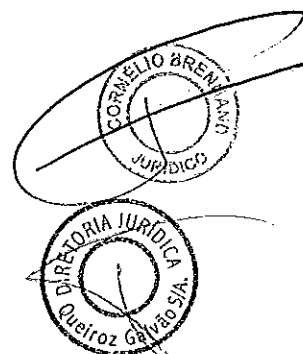
[Página 3/7 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.]

Nome: 
Cargo: **Bartolomeu Charles Lima Brederodes**
Diretor / Officer

QUEIROZ GALVÃO S.A.

Nome: 
Cargo: **Amílcar Bastos Falcão**
Diretor / Officer

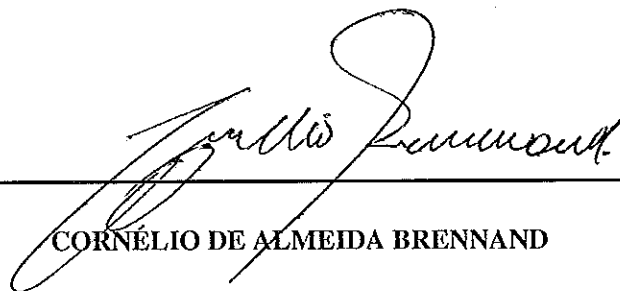
3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO/RJ

RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

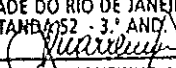


17 OUT 1982 1055811

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

[Página 4/7 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.]


CORNÉLIO DE ALMEIDA BRENNAND

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO/RJ

RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

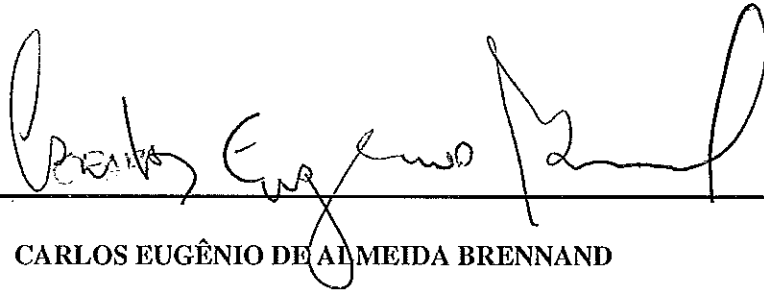

CLÁUDIA MOREIRA BRENNAND
P.P. LEO MEDEIROS DE FARIAS


The bottom of the page contains several handwritten signatures and two circular stamps. The stamps are from 'CORNÉLIO BRENNAND' and 'DIRETORIA JURÍDICA Queiroz Galvão S/A'. There are also some initials like 'AK' and 'D'.


17 OUT 1055811

ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

[Página 5/7 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.]

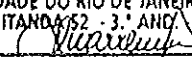


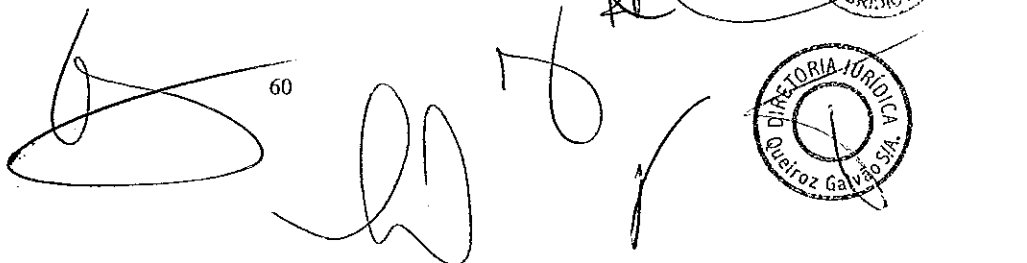
CARLOS EUGÊNIO DE ALMEIDA BRENNAND



BRANCA IZABEL DE ABREU PINTO BRENNAND

P. P. LEO MEDEDES DE FARIAS

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO/RJ

RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO

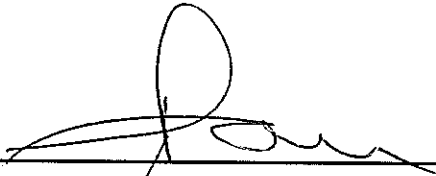


Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. On the right, there are two circular stamps: the top one reads 'CARLOS EUGENIO BRENNAND JURIDICO' and the bottom one reads 'DIRETORIA JURIDICA Queiroz Galvão S/A.'. There are also several handwritten initials and signatures, including a large 'RE' and a signature that appears to be 'Ricardo'.

17 OUT 1055811

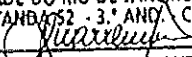
REPRODUZIDA CÓPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

[Página 6/7 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.]



TEREZA MARIA BRENNAND OLIVEIRA

P.P. LEO MEDES DE FARIAS

3.º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/RJ - RUA
DA QUITANDA 52 - 3.º AND. CENTRO/RJ

RICARDO V. MOUZINHO ANTUNES
2.º OFICIAL SUBSTITUTO



FRANCISCO AUGUSTO SAMPAIO DE OLIVEIRA

P.P. LEO MEDES DE FARIAS



17 OUT 1055811

REPRODUTIVA COPIA EM MICROFILME
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

[Página 7/7 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CIMAR - Cimentos do Maranhão S.A.]

Testemunhas:

1. Hannah V.P. de Souza
Nome: Hannah V.P. de Souza
RG: 24189374-8

2. Telma Maria de Souza Barros
Nome: TELMA MARIA DE SOUZA BARROS
RG: 698.234.505-PE

